

AS TEORIAS JAPONESAS SOBRE A ENUNCIÇÃO – UMA ETAPA FUNDAMENTAL PARA A INVESTIGAÇÃO DAS MODALIDADES NO JAPONÊS

Lídia Masumi Fukasawa

Teun Van Dijk, em seu livro *Text and Context – Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse* (1977), já dizia que “(...) *the use of language is not only some specific act, but an integral part of SOCIAL INTERACTION, Language systems are CONVENTIONAL systems. Not only do they regulate interaction, but their categories and rules have developed under the influence of the structure of interaction in society*”¹. Segundo tal ponto de vista, a linguagem deve ser entendida como uma forma de ação do falante sobre o mundo, dotada de intencionalidade, mas subjugada ao processo dialético entre o conhecimento social e o conhecimento pessoal. Não se pode mais, à maneira antiga, considerá-la como uma ação sobre o entendimento dos homens (no sentido de troca ou de transmissão de conhecimento), mas como um meio através do qual o homem articula a somatória de suas vontades e intenções, visando a atingir e a operar mudanças em seus companheiros, pelo uso da argumentação, e a responder à necessidade de interação sob a influência de certos aspectos sócio-históricos que se manifestam no e pelo processo de enunciação.

Analisar, portanto, uma língua sob o aspecto das suas expressões de modalidade significa enfocar o estudo de um objeto social e histórico em que se verificará o funcionamento e o papel do discurso e da interação, isto é, o sistema onde operam, constantemente, as relações de encontro e de confron-

1. Teun Van Dijk, p. 167, edição de 1982.

to entre o sujeito que produz o discurso e o sistema sociocultural no qual esse mesmo sujeito se insere. Significa analisar os processos que determinam a significação no interior de um contexto social e histórico. Significa estabelecer os processos instituídos pelo sujeito-falante, nos quais subjaz, inevitavelmente, a explicitação de seus valores ideológicos.

É evidente que não cabe só ao código da língua representar tais valores. Sabe-se que esses valores encontram-se registrados em todos os outros sistemas sógnicos – a pintura, a escultura, as artes visuais, a arquitetura etc. –, mas a língua é, sem dúvida, um sistema bastante abrangente, capaz de nos fazer apreender e veicular, ainda que de maneira não global, muitos desses valores culturais e ideológicos.

Dissemos que a comunicação entre os homens se sustenta na interação e essa interação depende de normas, de convenções, de obrigações e de necessidades. Esse ponto de vista funcional da língua, tanto como produto social e histórico quanto psicológico, reflete-se, em grande parte, nas suas formas discursivas. De forma inversa, poder-se-á dizer que as formas discursivas trazem, em sua base, os componentes essenciais da interação e, em maior ou menor grau, essas normas, convenções, obrigações etc., dos quais ela depende para realizar-se.

Se a linguagem é um modo de ação na e pela interação ou um modo de comportamento através do qual o locutor procura agir sobre o destinatário, o papel das modalidades na língua é fundamental, pois permite a instauração de um sujeito que exprime a sua intencionalidade, um destinatário que interpreta essa intenção e a manifestação de certas convenções e regras sociais sob a influência das quais essas modalidades se atualizam. Poder-se-á afirmar, então, que toda e qualquer proposição encontra-se imbuída de um caráter modal que perpassa necessariamente pelos mecanismos de correspondência com certos dados culturais ou princípios comuns aceitos pela coletividade ou comunidade de que fazem parte o locutor e o destinatário e que Ducrot denominou *topoi*². Segundo Ducrot, as expressões argumentativas ou modais convocam os *topoi*, sem os quais não pode haver interação lingüística entre os homens. Cada língua só pode ser utilizada por uma ideologia específica a ela. A própria estrutura das frases impõe certas condições de realização dos *topoi* e, por isso, está a serviço da produção da argumentação do discurso. Em outras palavras, os *topoi* constituem o ponto de articulação entre a língua e o discurso argumentativo.

Dentre as formas discursivas de argumentação que a língua apresenta, as expressões de modalidade desempenham papel fundamental na formulação das atitudes ilocucionais (os atos que realizo quando digo “eu prome-

2. Oswald Ducrot – *Topoi et Formes topiques*, Tóquio, 1988. A noção de *topos* foi também desenvolvida pelo Prof. Ducrot, durante o Curso de Pós-Graduação denominado “Semântica e Pragmática”, ministrado na USP, em 1987, na FFLCH.

to”, “eu ameaço”, “eu ordeno” etc.) e das atitudes perlocucionais (atos que realizo quando quero levar o destinatário a um certo comportamento).

O reconhecimento da importância do papel desempenhado por esses recursos discursivos de modalização, enquanto elementos geradores de valores ideológicos, deverá conduzir-nos a um tipo de investigação lingüística que leve em conta não só o funcionamento da língua mas sobretudo os significados e os sentidos que ela produz no interior do seu aspectos social. Dessa forma, os estudos dos atos da linguagem, das pressuposições, das implicaturas convencionais etc., poderão nos levar, por exemplo, a reflexões profundas sobre a atenuação do sentido modalizador do japonês ou a estratégia da polidez, enquanto elementos resultantes do código do bom funcionamento das relações sociais entre os usuários de língua japonesa. Poder-se-á também detectar certos dados culturais que alicerçam o uso das várias estratégias modais de pedido, de ordem, de “espontaneidade” (*jihatsu*), de questionamento, de desejo, de conjectura, de ironia, de modéstia etc.

As expressões de modalidade manifestam-se, portanto, em todos aqueles elementos considerados fora do conteúdo informativo e da descrição objetiva dos fenômenos do mundo natural, isto é, daquilo que se denomina tradicionalmente de *dictum*. É inevitável considerar, então, que a função primordial da língua é veicular *informação + intenção de persuasão e argumentação*, em cuja base estão as regras sociais que norteiam a realização dessa função lingüística de interação entre os homens.

A sistematização dos componentes modais e dos recursos de argumentação e persuasão da língua japonesa está ainda pouco desenvolvida, podendo-se dizer, até mesmo, que se desconhecem trabalhos efetivos que tenham procurado correlacionar as estruturas lingüísticas modais com as concepções socioculturais que as determinam (e, de certa forma, limitam seus usos). Para melhor comprovar esta afirmação, basta rever os estudos mais relevantes realizados no campo da enunciação e das modalidades, realizados nos últimos tempos.

Os estudos japoneses que dizem respeito às questões concernentes à enunciação e às modalidades tiveram início, de um modo mais específico, com os trabalhos teóricos de Yamada Yoshio³, no começo do nosso século. Inspirando-se na teoria psicológica de Wundt, sobre as noções de percepção (no sentido de “operação de combinar e unificar os inúmeros conteúdos conscientes do homem para a concatenação do pensamento”, isto é, o conjunto formado pela “sensação” e pela “cognição”), a que Yamada denomi-

3. Diferentemente da postura que costumávamos adotar para registrar o nome dos autores japoneses – colocando primeiro o seu nome, seguido, depois, do sobrenome –, optamos, neste trabalho, por inverter a ordem, isto é, inscrever primeiro o sobrenome para depois indicar o nome. Acreditamos que dizer Yamada Yoshio, Tokieda Motoki ou Watanabe Minoru facilitará, ao leitor acostumado com tais nomes, reconhecê-los mais rapidamente.

nou *tôkaku sayô*, e sobre a psicologia do locutor e do destinatário, Yamada formulou a primeira teoria sobre a enunciação, propondo a concepção de *chinjutsu* (julgamento do locutor) que se tornou o objeto fundamental de discussões para a elaboração posterior da teoria das modalidades japonesas. É preciso esclarecer, entretanto, que Yamada utilizou a concepção de *chinjutsu* em função da necessidade de definir as categorias das palavras denominadas *yôgen* (verbos e adjetivos) da língua japonesa. Assim, a concepção de *chinjutsu*, utilizada por ele ainda com sentido de “julgamento do locutor”, foi desenvolvida principalmente em suas obras *Nihon Bunpôron* (1908), *Nihon Bunpôgaku Gairon* (1936) e *Nihon Bunpôgaku Yôron* (1950).

A função de *chinjutsu*, isto é, a de efetivação do julgamento do locutor contido no *yôgen* é, na verdade, correspondente à noção de “função copulativa” do verbo, estabelecida pela gramática tradicional e pela lógica formal do Ocidente. Assim, todos os elementos da frase são concatenados pela força de asserção (ou de negação) do *yôgen* (verbos e adjetivos que formam o núcleo do predicado), sendo este a manifestação lingüística concreta e explícita da função perceptiva (*tôkaku sayô* - formada pelo conjunto “sensação + cognição”) que o indivíduo realiza quando elabora um enunciado. O sentido de *chinjutsu*, para Yamada, insere-se na função copulativa do *yôgen* e, se no início tinha apenas a função de asserção (que explicava a própria essência da categoria verbal), passa a ter alargada a sua noção: o *chinjutsu*, agora, inclui também o modo como o locutor exprime o seu pensamento para o destinatário. Da mesma maneira, se o *tôkaku sayô* (função de percepção) era, para Yamada, uma atividade psicológica que concatena e completa o pensamento contido no enunciado, em sua obra posterior (*Gairon*, 1936) esta noção é ampliada, passando a designar também os julgamentos que se referem à noção de imaginação, explicação, dúvida, ordem, desejo, emoção etc. A inclusão da noção de modalidade nos enunciados e nas próprias formas copulativas torna-se nítida. (*op. cit.*, pp. 917-918). Enquanto, na obra *Bunpôron* (1908), o enunciado era classificado segundo os três sentidos apresentados pela lógica formal ocidental - asserção, necessidade e probabilidade, em *Gairon*, passa a ser considerado, também, segundo outras modalidades, citadas acima.

Como se pode notar pelo que foi exposto (embora de forma bastante resumida), a teoria postulada por Yamada tornou-se, pela sua importância, o foro central das discussões e debates que se desenvolveram posteriormente sobre as questões relativas ao enunciado, à enunciação e às modalidades da língua japonesa.

Depois de Yamada, surgiu outro grande teórico da língua japonesa, Tokieda Motoki, que iniciou, a partir dos anos 30, a elaboração de uma teoria lingüística que revolucionou os estudos sobre a organicidade do enunciado japonês.

A sua “teoria sobre o processo lingüístico” (*genko kateisetsu*), postulada

nas obras *Kokugogaku Genron* (1941), *Nihon Bunpô-Kôgohen* (1950) e *Nihon Bunpô-Bungohen* (1954), tem, em sua base, o mérito de estabelecer, pioneiramente, uma investigação acurada sobre a fala enquanto ato individual de vontade e de desenvolver a elaboração de uma teoria da enunciação, cujas reflexões se tornaram efetivamente o objeto central para o desenrolar de um movimento de debates sobre a enunciação que surgiu no Japão, que Ôkubo Tadatoshi⁴ denominou *Chinjutsu Ronsô*.

Considera-se a língua como um processo em que o locutor expressa o conteúdo de sua enunciação através do uso de dois componentes: das expressões objetivas e nocionais que passam por um processo de conceptualização e das expressões subjetivas e relacionais que se efetuam diretamente na enunciação, sem passar pelo processo de conceptualização. Ao primeiro componente, Tokieda deu o nome de *shi* (nocionais) e ao segundo, o de *ji* (relacionais). Assim, o enunciado japonês é construído pelo *ji* que concatena todos os *shi* da frase. Tokieda dividiu, portanto, todas as formas lexicais da língua japonesa nessas duas categorias:

- a. *shi* (componentes nocionais) – os termos que passam por um processo de conceptualização e concretizam o conteúdo semântico proposicional do enunciado. Por esta razão, só exprimem significados concretos e objetivos concernentes ao mundo referencial.
- b. *ji* (componentes relacionais ou modais) – os elementos que não contêm, em si, conceitos ou idéias conceptualizadas, mas que se relacionam ao modo de expressão ou à atitude do locutor com relação ao que enuncia. Exprimem sentidos subjetivos veiculados pelo locutor: sentimentos, desejos, volições etc.

Diante da postulação rígida dessa dicotomia, Tokieda acaba incluindo ao contrário do que fez Yamada – os verbos e adjetivos na categoria dos nocionais, sendo forçado, portanto, a estabelecer uma “categoria de modalidade de forma lexical zero” (*zero kigô*) para as frases que terminam com o verbo ou o adjetivo na sua forma de flexão terminativa. Dessa maneira, numa frase como *Karega yomu* (Ele lê), tem-se:

- Kare* (ele) – elemento nocional (*shi*); pronome pessoal
- ga* (partícula indicativa do caso nominativo) – elemento relacional (*ji*)
- yomu* (lê) – elemento nocional (*shi*); verbo ler na forma terminativa (*shûshikei*);
- ∅ – elemento implícito de modalidade ou sinal lexical zero de modalidade (*zerokigô*).

Como se vê, a força ilocucional modal se efetiva por meio do *ji* e, na falta deste, pelo *zero kigô*. Pertencem, portanto, à classe dos *ji* apenas as ca-

4. Cf. *Nihon Bunpô Chinjutsuron*, 1966.

tegorias denominadas *joshi* (partículas consideradas, indistintamente, modais), *jodôshi* (auxiliares verbais), *kandôshi* (interjeições) e *setsuzokujoshi* (conectivos).

Distinguir os termos da língua japonesa em *shi* e *ji* foi, a nosso ver, uma proposta importante de Tokieda, na medida em que essa dicotomia propiciou o desenvolvimento das funções *dictum* e do *modus* na língua japonesa. O problema maior, contudo, parece estar na postulação do *zero kigô* (sinal lexical zero de modalidade), pois, com esta concepção, Tokieda descartou do *yôgen* (verbo e adjetivo) a sua função de modalização dos enunciados.

Mesmo assim, deve-se ainda a Tokieda o mérito de ter enfatizado, em sua teoria, pelo menos mais dois aspectos: de um lado, o de ter tratado, pela primeira vez o Japão, a língua como um ato de fala ilocucional, enfatizando o seu aspecto funcional de uso e, de outro, o de ter ressaltado o processo psicológico, subjetivo e intencional por que passa a língua para ser atualizada em discurso, onde o indivíduo que enuncia assume essa atitude psicológica e exterioriza seus próprios pensamentos. A consideração de que a linguagem é um ato subjetivo de fala, efetivado através do *ji*, levou-o a indicar, com ênfase, a função prática da língua, qual seja, a de realizar uma interação entre um locutor e seu destinatário. Dentro desse quadro, embora não tenha utilizado ele próprio o termo *chinjutsu*, Tokieda afirma que essa concepção, proposta por Yamada, equivale ao que denominou de “função de concatenação dos nocionais através do *ji*”

Nem seria preciso dizer que o *genko kateisetsu* de Tokieda em muito contribuiu para o desenvolvimento da teoria da enunciação e da investigação das modalidades da língua japonesa.

Seguindo-se a Tokieda, uma outra contribuição interessante, nesse campo, pode ser observada nos trabalhos de Kindaichi Haruhiko: *Fuhenka Jodôshino Honshitsu – Shukanteki Hyôgento Kyakkanteki Hyôgenno Betsunite – Jô e Ge* (1953). Reclassificando as categorias gramaticais da língua japonesa, Kindaichi passa a reorganizar os itens lexicais que Tokieda considerou indistintamente como pertencentes à classe dos *ji* (relacionais modais): os auxiliares verbais *ta* (de ação conclusa), *da* (de afirmação), *nai* (de negação) e *ra-shii* (suposição) são, para Kindaichi, termos que pertencem ao conteúdo proposicional dos enunciados e não se inserem na categoria dos componentes que Tokieda classificou como *ji* (relacionais modais). Contrariamente, indicou os auxiliares verbais que exprimem modalidades subjetivas do locutor (*u/you* = volição, convite; *mai* = suposição negativa), chamando a atenção para o fato de que esses não flexionam senão em suas respectivas formas terminativas (*shûshikei*). Assim, correlacionou-os com a função modalizadora desempenhada pelos morfemas finais (*shûjoshi*).

Embora não utilize especificamente o termo *chinjutsu* para exprimir o sentido de modalidade, as postulações de Kindaichi trouxeram um novo acréscimo à posição de Tokieda concernente à dicotomia *shi/ji* além de re-

forçar a idéia de contexto de enunciação e a de efetivação da força ilocucional com a língua em uso.

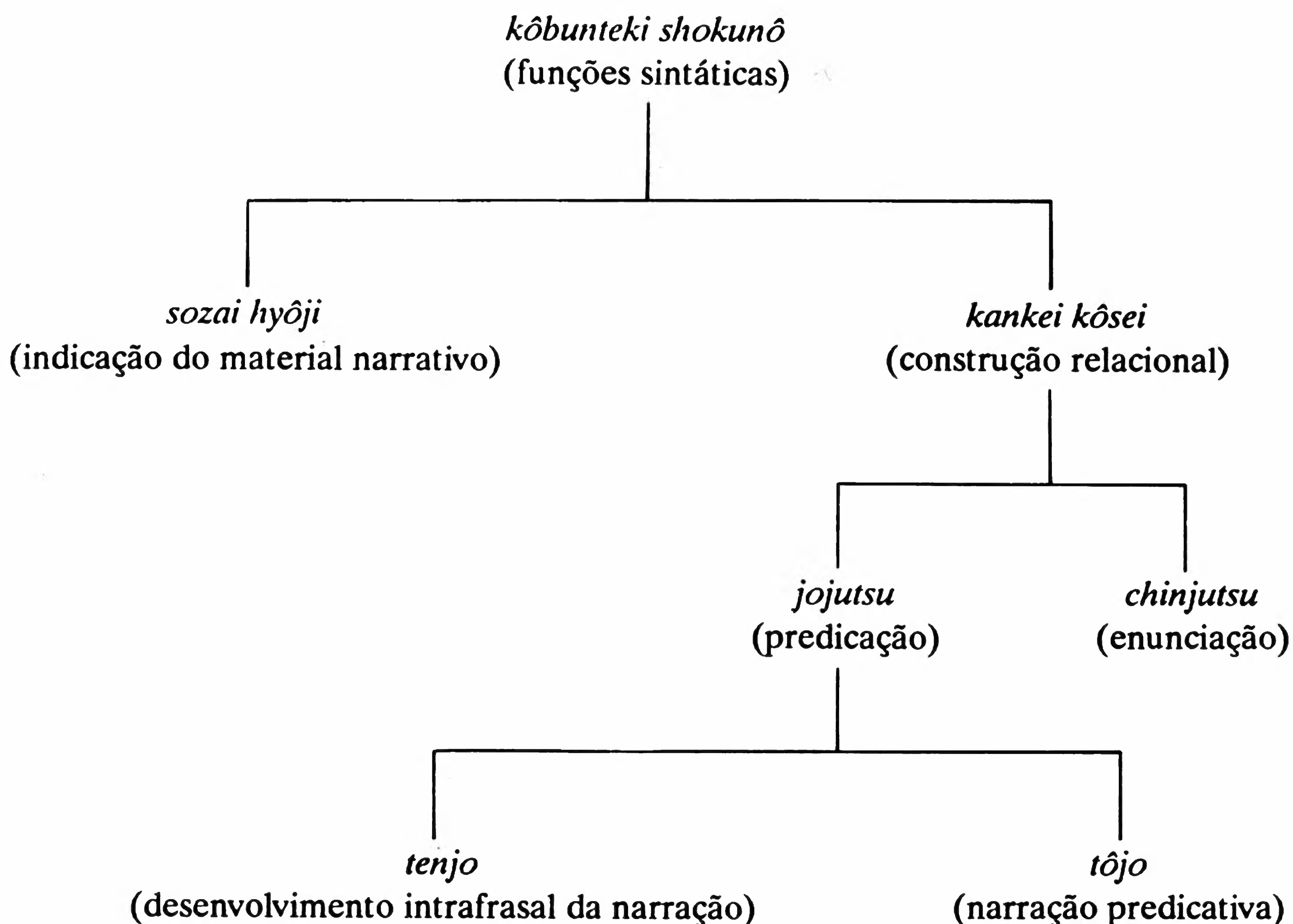
Mais ou menos nessa mesma época, abre-se uma nova perspectiva dentro do quadro de métodos e trabalhos sobre a enunciação: a teoria de Minoru Watanabe, proposta no artigo *Jojutsuto Chinjutsu* (1953). Atribuindo à noção de *ji*, de Tokieda, a função de *jojutsu* (predicação) e destacando desta a função de *chinjutsu* (enunciação), Watanabe esclarece de forma eficaz a polêmica que se criara em torno das funções de concatenação, julgamento e modalidade. O autor estabelece a força de construção de frase na função enunciativa (*chinjutsu*), distinguindo, assim, claramente as duas funções básicas de elaboração do enunciado e da enunciação em japonês:

- a. *jojutsuno shokunô* – função predicativa que narra e concatena o conteúdo narrativo da frase
- b. *chinjutsuno shokunô* – função enunciativa que elabora o ato perlocucional da enunciação.

A teoria da enunciação vai sendo desenvolvida por Watanabe até que, em 1971, encontra sua maturidade plena através da obra *Kokugo kôbunron*, quando a noção de *chinjutsu* transcende a idéia de *kikite meate* (enunciar tendo como objetivo influir sobre o destinatário) e adquire proporções mais amplas, passando a significar as funções de construção das relações entre o locutor e o destinatário ou entre o locutor e o conteúdo narrativo da frase. Assim, a língua será considerada como a forma através da qual o locutor expressa o seu próprio eu, tanto através do ato ilocucional quanto do perlocucional.

A idéia de função de construção da frase japonesa é sistematizada por Watanabe segundo a perspectiva da sintaxe, onde o autor distingue duas grandes categorias que compreendem, de um lado, a função da indicação do material narrativo (*sozai hyôjino shokunô*), isto é, as palavras tomadas segundo seu valor de simples constituintes de frase e, de outro, a função de construção relacional (*kankei kôseino shokunô*), isto é, a que estabelece os vários tipos de relações tanto no nível do enunciado quanto no da enunciação. Verifique-se o esquema da página seguinte.

Aceitando-se a distinção entre o conteúdo narrativo e a enunciação, deve-se considerar, então, que a função de modalização na língua japonesa se insere basicamente nos elementos que surgem fora do conteúdo narrativo, isto é, na forma terminativa do verbo e do adjetivo, nos morfemas finais e em alguns dos auxiliares verbais, de acordo com a sua natureza modal. Por essa razão, o estudo das partículas finais da frase japonesa (*jodôshi* = auxiliares verbais e *shûjoshi* = morfemas finais modais) propiciará o estabelecimento da distinção entre os enunciados e as enunciações.



O modelo estabelecido por Watanabe permite concluir que, em japonês, o conteúdo narrativo é concatenado graças à função predicativa (*jojutsunô*), enquanto o caráter enunciativo e modal surge manifestado, de forma clara, graças aos morfemas finais e alguns dos auxiliares verbais.

O autor procede, também, a um estudo minucioso dos auxiliares verbais do japonês, que surgem, sistematicamente, entre o predicado e os morfemas finais, classificando-os em três classes, de acordo com suas funções (predicativas ou enunciativas):

- a. auxiliares verbais que são parte integrante do predicado e, por isso, exprimem o conteúdo proposicional da frase: *da* (de afirmação), *seru* (de voz causativa), *reru* (de voz passiva), *tai* (de desejo) e *sôda* (que veicula sentido de “dizem que”)
- b. auxiliares verbais que têm dupla natureza: às vezes, funcionam como parte do predicado e, outras, como modalizadores, localizando-se nesse último caso, fora do conteúdo narrativo: *rashii* (de suposição), *nai* (de negação) e *ta* (de ação concluída)
- c. os auxiliares verbais modais que transcendem o nível do predicado, inserindo-se na dimensão da enunciação: *darô* (suposição), *u* (volição ou convite) e *mai* (suposição negativa). Os desta classe, por sua própria natureza eminentemente modal, são considerados como “unidades equivalentes aos morfemas finais modais”

A análise minuciosa dos auxiliares verbais levou Watanabe a concluir que, em japonês, o conteúdo narrativo antepõe-se às modalidades no interior do enunciado, sendo que os auxiliares verbais interligam-se de forma sistemática: os da classe *a* em primeiro lugar, seguidos da classe *b* e, em último, os da classe *c*. Poder-se-á, então, afirmar que a estrutura de predicação da língua japonesa apresenta como característica um processo de construção que parte da elaboração da função predicativa (*jojutsu*) para a função enunciativa (*chinjutsu*). Assim, quanto mais próximos do predicado, os auxiliares verbais serão tanto mais referenciais e lógicos; quanto mais próximos do morfema final, tanto mais modais e subjetivos.

Watanabe chama a atenção também para o fato de que, enquanto os auxiliares verbais da classe *a* apresentam todas as formas do flexão (são seis), os da classe *b* têm um quadro flexional incompleto e os da classe *c* só apresentam a forma terminativa, pois só surgem no final da oração (raras são as vezes que aparecem na forma nominal = *rentaikei*), ou ligados aos morfemas finais.

Deve-se a Watanabe as reflexões relevantes que realizou sobre as questões relacionadas à enunciação e ao aspecto modalizador da língua japonesa. A sistematização dos auxiliares verbais em muito contribuiu e contribuirá para o desenvolvimento das pesquisas nesses campos.

Convém citar, ainda, as contribuições de Haga Yasushi, apresentadas em seu trabalho *Chinjutsutowa nanimono?* (1954) sobre o aperfeiçoamento da concepção de *chinjutsu* (modalidade), através da proposta de uma distinção clara entre a função ilocucional e a perlocucional. Para Haga, a modalidade apresenta dois tipos de funções:

- a.* aquela que exprime a relação subjetiva entre o locutor e o conteúdo referencial das frases – a que denominou *jutteiteki chinjutsu* (que traduziremos por “modalidade ilocucional”)
- b.* aquela que exprime a relação locutor/destinatário, em que o primeiro tem como intenção provocar uma reação no segundo. Haga denominou-a *dentatsuteki chinjutsu* (que traduziremos por “modalidade perlocucional”).

Pertencem, assim, à classe *a* as formas terminativas do verbo e do adjetivo (que por si só possuem a função de expressar uma asserção) e os auxiliares verbais que exprimem dúvida, suposição, emoção e decisão. À classe *b*, pertencem os auxiliares verbais que entabulam questionamento, ordem, convite, réplica, chamamento etc.

A descoberta desses dois tipos distintos de modalidade efetuada por Haga, em 1954, parece ter sido bem anterior às concepções de atos ilocucional e perlocucional propostas pelos filósofos anglo-americanos (Austin, Sear-

le etc.), a partir dos anos 70. A visão inovadora de Haga⁵ servirá, inclusive, para uma reconsideração posterior de Watanabe, com relação à sua teoria da enunciação proposta na obra *Kokugo Kôbunron* (1971).

Prosseguindo na tarefa de descrição dos trabalhos japoneses referentes à teoria da enunciação, enquanto etapa fundamental para a investigação das modalidades, vale a pena citar as propostas de Hayashi Shirô, concernentes ao estudo do que se denomina, no Japão, *bunkeino kenkyû*, isto é, as pesquisas sobre as sentenças-padrão, realizadas sob a perspectiva da sistematização da intencionalidade expressas pelas frases. Em suas obras *Kihon Bunkeino Kenkyû* (1960) e *Nihongono Bunno Katachito Shisei* (1982), Hayashi enfoca a língua sob o prisma das atitudes lingüísticas e estabelece um modelo fundamentalmente baseado na proposta de fusão entre as funções da linguagem apresentadas por Jakobson e Tokieda⁶. Descartando apenas a função metalingüística de Jakobson, Hayashi funde as cinco restantes com as três estabelecidas por Tokieda apresentando o seguinte modelo das funções da linguagem:

- a. função prática (*jitsuyôteki kinô*) – tomada de Tokieda:
 1. função referencial (*naiyô dentatsu*) – de Jakobson;
 2. função conativa (*hatarakikake*) – de Jakobson;
 3. função emotiva (*jiko hyôshutsu*) – de Jakobson;
- b. função de interação social (*shakô kinô*) – de Tokieda:
 1. função fática (*sesshoku*) e de harmonização de sentimentos – de Jakobson;
 2. função de cortesia ou de polidez (*girei*) – proposto pelo próprio Hayashi;

5. As noções sobre as modalidades e sobre a dicotomia *dictum/modus* poderão ser encontradas, também, na obra de 1962, de Haga Yasushi: *Nihon Bunpô Kyôshitsu*.

6. Jakobson propôs em *Lingüística e Comunicação* (1970), seis funções da linguagem: a emotiva, a conativa, a referencial, a poética, a metalingüística e a fática.

Tokieda apresentou, em sua obra *Kokugogaku Genron – Zokuhen* (1955), três funções básicas que caracterizam a linguagem: a. *jitsuyôteki kinô* – função prática através da qual o locutor procura influir sobre a vida do destinatário e que estabelece as relações entre os interlocutores envolvidos (por exemplo, relação de mandante e mandatário da ação, na interação cotidiana). É a função mais básica da linguagem que está na base de todas as outras funções haja vista que engloba, em primeira instância, a transmissão da informação de um fato ao destinatário; b. função de interação social (*shakôteki kinô*) – a que estabelece as relações de harmonização e de aproximação dos sentimentos dos indivíduos. O enunciado “Bom dia, para onde você está indo?”, por exemplo, pode não ocorrer necessariamente para responder à função prática por meio da qual o locutor procura saber do destinatário o lugar para onde este vai, mas poderá estar a serviço de uma tentativa de harmonização de espírito entre os interlocutores; c. função apreciativa (*kanshôteki kinô*) – a atitude segundo a qual o destinatário interpreta, segundo sua subjetividade, a mensagem do locutor.

- c. função apreciativa (*kanshō kinō*) ou poética – de Tokieda e de Jakobson:
1. função da prosa (interesse maior pelo conteúdo do que pela forma lingüística);
 2. função da poesia (em que a forma lingüística se torna o próprio objeto de apreciação).

Como fica claro pelo exposto, a contribuição maior de Hayashi está na apresentação da função de cortesia ou polidez *b.2*. O fato de ter acrescentado essa função parece responder à necessidade de se considerar uma das características da língua japonesa que se mostra marcante e freqüente. De fato, a polidez parece ser uma das estratégias essenciais para o desenrolar harmônico da interação social dos japoneses. A posição de Hayashi (e também de Tanaka Nozomu ou de Minami Fujio, dos quais trataremos adiante) torna-se fundamental para a investigação dos mecanismos que governam o relacionamento interindivíduos e para a descoberta dos próprios componentes sociais idiossincráticos do japonês.

Na análise da estrutura frasal japonesa, Hayashi retoma a dimensão dicotômica *dictum/modus* e estabelece quatro níveis de construção do enunciado:

- a. o nível da descrição dos fatos (*byōjo dankai*)
- b. o nível do julgamento do locutor (*handanno dankai*) – onde se inscrevem as noções de afirmação, negação, reconhecimento de um passado, suposição etc.
- c. o nível expressivo (*hyōshutsuno dankai*) – onde se inscrevem os sentimentos e as emoções do locutor: desejo, volição, emoção etc. (função ilocucional)
- d. o nível comunicativo (*dentatsuno dankai*) – onde ocorre a função perlocucional: ordem, pedido, notificação etc.

Verifica-se que, de modo grosseiro, o nível descritivo *a* de Hayashi corresponde às concepções de *sozai naiyō* (conteúdo narrativo) e de *jojutsu* (predicação) propostas por Watanabe. O nível *b*, do julgamento, parece semelhante às funções de *jojutsu* (predicação) e *chinjutsu* (modalidade) de Watanabe. O nível expressivo *c* de Hayashi corresponde à função de *juttai* (ilocucional) e o nível comunicativo *d* à de *dentatsu* (perlocucional), propostos por Haga.

O que não fica muito claro no modelo de Haga é a passagem do nível do *dictum* para o *modus*, isto é, a diferença nítida entre o *a* e o *b*. Parece-nos mais conveniente, entretanto, incluir o julgamento *b* na classe dos modais e na categoria dos ilocucionais. Pela proposta de Haga, o que fica claro é que o primeiro nível (o descritivo) pertence ao *dictum* o que o terceiro e o quarto níveis (o expressivo e o comunicativo) se inserem na categoria do *modus*.

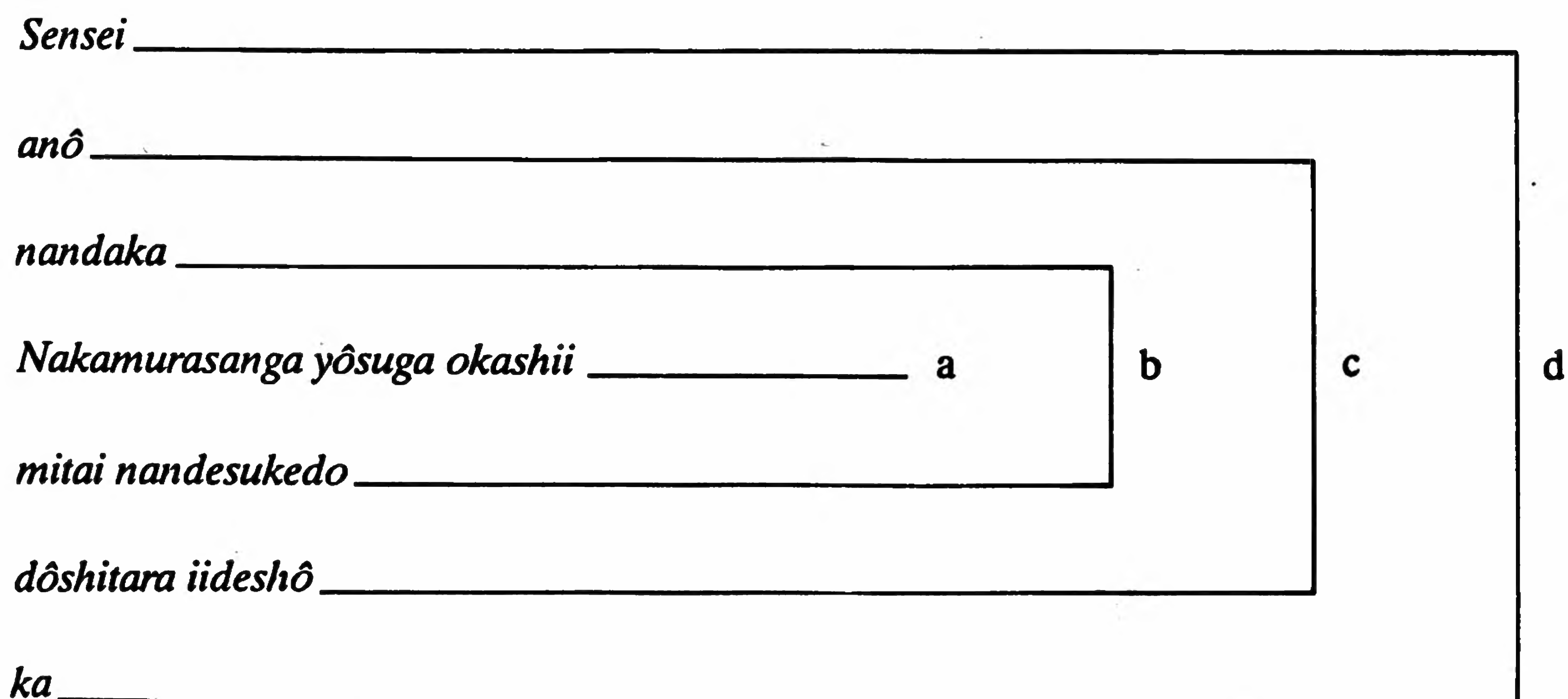
Para ilustrar melhor os quatro níveis possíveis de construção do enunciado, Haga apresenta o seguinte exemplo e a sua esquematização⁷:

Sensei, anô, nandaka Nakamurasanga yôsuga okashii mitainandesukedo, dôshitara iideshôka.

(Professor, hum... é que, não sei, parece que o Sr. Nakamura não está bem, mas... o que será que devemos fazer?)

- a. nível descritivo: *Nakamurasanga yôsuga okashii* (o senhor Nakamura não está bem) – conteúdo narrativo
- b. nível do julgamento: *nandaka... mitainandesukedo* (é que, não sei, parece que) – antecipação de uma dúvida
- c. nível expressivo: *anô... dôshitara iideshô* (hum... o que é que se deve fazer) – expressão de embaraço ou de dilema do locutor
- d. nível comunicativo: *Sensei... ka* (Professor...? – morfema final de interrogação) – vocativo e pedido de uma resposta do destinatário.

Esquematizando, tem-se:



Tratando-se dos estudos sobre a enunciação e as modalidades do japonês, não se poderia deixar de registrar, também, a posição teórica de Minami Fujio⁸, que propõe um modelo lingüístico de organicidade do discurso, baseado na gramática estratificacional de Sidney Lamb. À luz dessa concepção, Minami estabelece as relações entre os vários elementos modais constitutivos do enunciado, caracterizadas por níveis de representação ou camadas de estruturas. Criticando os autores que o antecederam por terem

7. O exemplo e a esquematização transcritos foram retirados do artigo – Shirô Hayashi, *Nihongono Bunno Katachito Shisei*, 1982, p. 49.

8. Cf. Minami Fujio – *Gendai Nihongono Kôzô*, 1980.

tratado apenas dos componentes modais que surgem no predicado e na parte final das frases, Minami examina os componentes extrapredicados, considerando-os como elementos igualmente portadores de modalização e, inspirado no modelo de Hayashi, distingue igualmente os componentes do enunciado em quatro camadas. Contudo, chama a atenção para o fato de que todos os enunciados da língua passam necessariamente pelas quatro camadas: a referencial, a intermediária entre a referencial e a modalizadora, a modalizadora ilocucional e a perlocucional. É preciso lembrar que para Haga, as funções ilocucional (*jutte*) e perlocucional (*dentatsu*) podem se efetivar isoladamente, cada qual a seu turno. Contrariamente, para Minami, todo enunciado, para ser atualizado, contém um ato ilocucional e um perlocucional (além das outras duas funções), isto é, percorre por todos os quatro níveis.

O que o difere também de Hayashi é o fato de que Minami atribuiu, também, ao nível referencial da frase, um caráter modal, embora tênue e de intensidade fraca. Embora admita a ênfase maior no conteúdo proposicional desse nível, Minami considera a existência de um valor modal, baseado no argumento de que os fatos narrados nessa instância pressupõem também uma especificação, uma escolha e uma existência cada vez única e contextualizada em enunciado. Assim, para ele, os níveis referencial e o de julgamento exprimem valores semânticos convencionais, de baixo teor modal; ao contrário, os níveis ilocucionais e perlocucionais são marcados por um valor modal mais intenso.

A sobreposição dos diversos níveis se fará sentir nas várias modalidades: basta que se confirmem, por exemplo, as modalidades de pedido que englobam a ordem e a proibição, além do reconhecimento afirmativo ou de negação do nível do julgamento e a volição do locutor, própria do nível ilocucional.

Analisando as estruturas modais da frase japonesa, Minami chega, ainda, à conclusão de que o conteúdo proposicional dos enunciados se apresenta no seu ponto mais central, sendo que os indicadores de tempo e espaço surgem numa camada exterior àquela e, mais externamente ainda, surgem os componentes que exprimem modalidades.

São igualmente interessantes seus trabalhos sobre a conversação cotidiana e a análise das unidades discursivas⁹. No artigo sobre a conversação, Minami analisa os vários tipos (segundo sua função comunicativa, o tom e o tema da conversa) segundo o critério da frequência de ocorrência entre os determinados grupos de indivíduos. No segundo trabalho, propõe os vários aspectos que devem ser investigados para a obtenção das unidades conversacionais: a forma como os enunciados são expressos (a interrupção externa e a continuidade temporal e espacial interna), os participantes da conversação (o locutor, o destinatário e o referente, os turnos e a mudança de função entre

9. Referimo-nos aos dois artigos de Minami: "Nichijô Kaiwano Kôzô", 1980.

eles), o assunto, as funções da linguagem, a atitude lingüística (a intencionalidade do locutor: o “fingir” que não sabe, o “fingir” que está contente, o tom formal, o tom normal, o eufemismo, o sarcasmo etc.), a língua utilizada, os meios de comunicação utilizados etc. Em função de todos esses aspectos, Minami classifica as unidades do discurso referentes aos assuntos tratados (em cotidianos, familiares, sobre comentários a respeito de terceiros, sobre negócios etc.), às funções lingüísticas (solilóquios, cumprimentos, notificações, conversas banais, conversas lúdicas, discussões etc.) e aos tons da conversação (formal, degenerado, normal, choroso, zangado, humilde etc.).

Outro autor que deve ser mencionado: Tanaka Nozomu¹⁰. Considerando a unidade discursiva como o conjunto formado por um ato ilocucional e por outro perlocucional, isto é, o enunciado emitido pelo locutor e a resposta (comportamental) do destinatário, o autor propõe, inspirado na teoria das máximas conversacionais de Grice (mais especificamente no “princípio de cooperação”) e no “fenômeno da polidez” levantado por Brown & Levinson, a “estratégia da polidez” (*reigi tadashisa*) como o princípio que garante, na língua japonesa, a efetivação harmoniosa da interação.

Assim, por exemplo, a diferença entre os dois enunciados seguintes, que exprimem na verdade uma única realidade, poderá ser explicada pela “estratégia de polidez”:

(Contexto: indicando ao motorista do táxi aonde ele deve virar.)

1. *Mô sukoshi ikuto migigawani kôbanga arimasune. Asokon tokode usetsushite kudasai.*

(Indo mais um pouco, há um posto policial, não é mesmo? Por favor, lá, vire à direita.)

2. *Mô sukoshi ikuto migigawani kôbanga arimasukara sokoo usetsushite kudassai.*

(Indo mais um pouco, há um posto policial à direita; por isso, por favor, vire à direita lá.).

Do ponto de vista da “estratégia comunicativa”, isto é dos princípios que garantem a efetivação harmoniosa da conversação, o que importa mais, diz Tanaka, não é tanto *o que se diz* num determinado contexto, mas *o que não se diz* em tais circunstâncias. Assim, a diferença entre o enunciado 1 e o 2 é explicável pelo princípio da escolha de técnicas de não ferir o destinatário. O conectivo *kara* do enunciado 2 exprime “causa” e, explicitar a causa significa considerar previamente o desconhecimento ou a falta de informação do destinatário sobre o assunto enfocado. Ora, caso o motorista do táxi tenha conhecimento de que, naquele local indicado, existe um posto policial, o uso de *kara* significará admitir aprioristicamente a “ignorância” daquele e isso gerará uma situação embaraçosa e desrespeitosa para com ele. Ao contrário, o

10. Cf. Nozomu Tanaka – “Nihongo Kyôikuto Danwano Kenkyû”, 1982 e *Danwano kenkyû*, 1983.

morfema final *ne* é usado em função do pressuposto de que o destinatário é possuidor do conhecimento do conteúdo proposicional narrado. Assim, mesmo nos casos em que não se sabe se o destinatário conhece ou desconhece o assunto, o japonês, obedecendo à “estratégia da polidez” prefere o uso do *ne* ao *kara*, pois deve partir sempre do pressuposto de que o destinatário possui o conhecimento desejado. É uma questão de respeito e de atitude polida por meio da qual o locutor deverá procurar, sempre, minimizar a possibilidade de ocorrência de obstáculos para uma interação harmoniosa.

É pena verificar que Tanaka estabeleceu apenas a “estratégia da polidez” enquanto princípio que governa a interação dos japoneses. É certo que, na linguagem em seu uso real, outras máximas e estratégias comunicativas devem governar as construções conversacionais e, nesse sentido, outras descobertas deverão ser perseguidas a partir da proposta de Tanaka.

Uma das posições mais consistentes dentre as teorias que tratam da organicidade das modalidades cabe, indubitavelmente, a Miyaji Yutaka. Dos vários aspectos da língua que investigou, há pelo menos três que nos interessam diretamente: os estudos sobre os auxiliares verbais, a sistematização dos tipos de enunciados da língua japonesa e a análise dos mecanismos de interação conversacional.

As questões referentes aos auxiliares verbais são principalmente tratadas em “*Jodôshitowa nanika*” (1972), onde o autor os analisa sob a perspectiva de suas forças de construção enunciativa, dividindo-os em duas classes:

- a. *setsujino jodôshi* – auxiliares verbais que se ligam ao conhecimento do locutor, relacionados ao conteúdo proposicional da frase: *reru* (voz passiva), *seru* (voz causativa), *nai* (negação) e *ta* (ação conclusa)
- b. *jojino jodôshi* – auxiliares verbais que exprimem o julgamento do locutor com relação ao conteúdo referencial narrado na frase: *rashii* e *darô* (suposição), *sôda* (“dizem que”) e *noda* (afirmação).

Miyaji estabelece, ainda, os auxiliares verbais que operam num nível intermediário entre as classes *a* e *b*: o *tai* (que exprime desejo), o *reru* (que exprime passiva de amolação), e o *seru* (que exprime “não-interferência causativa”¹¹). Segundo o autor, esses auxiliares verbais contêm, ao mesmo tempo, a função de construção do conteúdo proposicional e um valor modal de caráter emotivo. Trata-se de um posicionamento novo, diferente, por exemplo, daquele tomado por Watanabe. Como se recorda, Watanabe os considerara componentes constitutivos do conteúdo narrativo, destituídos de qualquer tipo de caráter modal.

11. Miyaji designou esse tipo de modalidade causativa *hôninno shieki* (e que traduzimos “não-interferência causativa”). Ex.: *Oyaga kodomoo nakaseru*. (A mãe “deixa” a criança chorar).

Com relação à classificação dos tipos de enunciados da língua japonesa, convém citar o trabalho “Iwayuru Bunno Seishitsujôno Shuruino Genrito sono Hatten” (1950), onde Miyaji procura equacionar o problema da sistematização das modalidades expressas pelo locutor. Para o autor, a importância maior não está na classificação dos tipos de enunciados, mas na descoberta do jogo das relações intencionais efetivado entre o locutor e o destinatário. Para a investigação da organização do mecanismo da intencionalidade, Miyaji propõe a verificação dos seguintes princípios:

- a. as regras de expressão da intencionalidade obedecidas pelo locutor
- b. a capacidade de compreensão do destinatário
- c. a autonomia dos enunciados declarativos
- d. a atividade lingüística unilateral
- e. a mudança de turnos e as respostas.

A intencionalidade expressa pelo locutor baseia-se numa ordem contínua que transcorre na direção “esquerda para a direita” (no sentido da seta: →). As modalidades que vão surgindo mais para o final englobam os anteriores e vão se tornando cada vez mais intensas, cerceando, cada vez mais, a liberdade de interpretação do destinatário. Assim, o locutor exprimirá primeiro as expressões de admiração e de desejo (lamentação, depois admiração), seguidas das de declaração e, em último, as expressões de pedido (primeiro as interrogativas, depois as imperativas). Essa regra ou limitação poderá facilmente ser detectada na seqüência seguinte:

Filho: *Motto hon'ô yomitainda.*
(/É que/ quero ler mais.)
Pai: *Ikan, hayaku nenasai.*
(Não, durma logo!)

Verifica-se que a ordem dada pelo pai inclui previamente um julgamento hipotético (“O filho vai dormir logo”). Conclui-se, daí, que a expressão de ordem engloba, antes de se efetivar, uma modalidade assertiva e também um sentimento de “desejo” que não são explicitados formalmente, porque se encontram encobertos pela expressão de ordem. Segundo Miyaji, a modalidade imperativo é a que surge em último lugar (na extremidade da seta) e que inclui todas as demais modalidades, mostrando ser a mais autônoma exatamente pelo seu caráter perlocucional mais intenso.

A capacidade de compreensão do destinatário está na relação direta com a ordem de surgimento das modalidades: as iniciais são mais facilmente apreendidas e dão ao destinatário maior liberdade de interpretação. Uma interjeição, como “ah!”, poderá ser interpretada por ele tanto como uma expressão de alegria quanto de tristeza. Ao contrário, uma ordem enfática não lhe permite senão captá-la como tal, pois, nesse caso, é-lhe tirada toda a liberdade que tinha no caso da apreensão do sentido da interjeição. A questão

que se coloca como fundamental é, então, o equilíbrio entre a força de expressão do locutor e a capacidade de apreensão do destinatário. É essa dinâmica de harmonização entre os interlocutores que possibilita uma interação satisfatória.

A asserção é uma das modalidades que mais exige esse esforço e esse equilíbrio de forças. Ela exige dos dois interlocutores a mesma intensidade de cooperação, pois a asserção só se efetiva mediante vontade do locutor em transmitir e vontade do destinatário em apreendê-la. Para Miyaji, há dois tipos de asserção: um que se efetiva na relação locutor/destinatário (*ataete/ukete*) e outro que circula no nível da relação falante/ouvinte (*hanashite/kikite* ou *hyôgensha/rikaisha*). O primeiro tem caráter perlocucional, pois o locutor elabora uma asserção em função da sua intenção de influir sobre o destinatário, observando-se, aí, uma relação de tensão entre ambos. Ao contrário, o segundo tipo de asserção apresenta um falante que se afigura como um simples remetente e constrói um universo que transcende o locutor e sua intenção, transformando o ouvinte em mero receptor, cuja função se limita em apenas compreender a lógica da proposição elaborada pelo remetente. Por essa razão, não se estabelece, nesse caso, nenhum tipo de relação de tensão entre o remetente e o ouvinte.

Analisando o princípio a que chamou de “atividade lingüística unilateral”, Miyaji tece reflexões sobre os solilóquios e as expressões lingüísticas solitárias, considerando, nesses tipos de realizações, uma operação de direção única, onde o falante não chega a assumir o estatuto de locutor. O mesmo ocorre com o ouvinte quando, por exemplo, assiste a uma conferência proferida em uma língua ou linguagem desconhecida por ele, onde os conteúdos expressos tornam-se, para ele, meros atos locucionais, totalmente sem sentido.

Com relação ao princípio das mudanças de turnos dos interlocutores da conversação e da construção das expressões de resposta (*ôtô*), Miyaji afirma a troca da direção da seta (descrita anteriormente): do sentido \rightarrow , a mudança de turno provoca a inversão da direção da seta, isto é, da direita para a esquerda (\leftarrow). Mas a proposta interessante de Miyaji com relação a esse aspecto é o estabelecimento de uma etapa intermediária no processo da troca de turnos: a mudança da seta para \leftarrow não se limita apenas a um processo simplista de transformação do destinatário em um novo locutor. Antes dessa operação, há, segundo o autor, uma etapa anterior, isto é, a da resposta ou da concordância. Certas interjeições ou expressões de concordância do destinatário (tais como “hã, hã”, “hum, hum” etc.) expressas enquanto escuta o locutor, indicam, não uma nova ilocução, mas a demonstração clara de que esse mesmo destinatário está compreendendo perfeitamente a posição do locutor. Tem-se, aí, um estágio em que o ouvinte admite e assume o seu estatuto de destinatário e, ao mesmo tempo, reconhece o outro como locutor. Dito em outras palavras, o destinatário permanece como tal, na medida em que não está ainda externando nenhum tipo de afirmação ou de negação ou, ain-

da, de comentário a respeito do conteúdo enunciativo veiculado pelo locutor. A etapa da troca de turno e, conseqüentemente, de um novo ato ilocucional só ocorrerá depois do término completo do discurso do outro.

Assim, o ato lingüístico da resposta possui três etapas: a que corresponde ao *ô*, isto é, à concordância do destinatário com relação ao discurso do locutor, em que aquele não explicita a sua tomada de posição (se está favorável ou contrário às afirmações do locutor); a segunda etapa em que o destinatário expressa claramente a sua posição, elaborando uma resposta (em que se pode registrar uma seta de sentido inverso ao do locutor: ←); a terceira etapa em que o destinatário desconsidera o julgamento do locutor e elabora uma resposta na qual assume a sua posição exclusiva e a sua própria intencionalidade. E é esta última etapa que corresponde ao *tô*, isto é, à resposta em si, em que o destinatário assume realmente o desejo de se transformar em novo locutor da interação lingüística, produzindo um enunciado perlocucional cuja seta se posicionará no sentido indicado: → (da esquerda para a direita).

Conclui-se, portanto, que a etapa intermediária se situa entre a passagem do *ô* (concordância passiva) para o *tô* (resposta efetiva que fará transformar o antigo destinatário em um novo locutor). Assim, parece ficar claro que Miyaji postula a existência de três personagens na conversação: o locutor, o “sujeito que responde” (*kotaete*) ou concorda e o destinatário.

Para Miyaji, os princípios que organizam a participação desses três tipos de personagens e os cinco princípios de análise correspondem à própria estruturação que ordena a intencionalidade dos indivíduos. E é essa organicidade que permite classificar os tipos de enunciados da língua.

Convém observar também que, em sua obra *Gendai Hyôgen Kô* (1971), Miyaji estabeleceu noções fundamentais sobre as unidades e os mecanismos de interação na linguagem oral japonesa. Ressaltando a importância do contexto situacional e o caráter cada vez único da enunciação, o autor enfoca a eficácia e o perigo que certas técnicas conversacionais muito usadas em japonês – tais como a implicação, a atenuação dos contornos intencionais das modalidades, o eufemismo etc. – podem trazer à construção satisfatória da interação lingüística.

Como já se disse anteriormente, Miyaji considera uma unidade discursiva da conversação o conjunto de enunciados elaborados não só pelo locutor, mas também pelo destinatário, pois, segundo ele, o japonês apresenta, como uma de suas características, a procura constante da concordância e da compartilhamento do seu parceiro. Mais do que uma característica, diz Miyaji, trata-se de uma “ideologia”, uma condição psicológica ou uma forma de expressão próprias do japonês.

Procurando relacionar o esquema discursivo do japonês ao aspecto da interação social, Miyaji aponta, ainda, outras características: o receio de expressar claramente os fatos e as intenções, o hábito de atenuar os contornos argumentativos, o uso excessivo de expressões eufêmicas, o uso da linguagem

de respeito/modéstia/polidez, a constante preocupação com o destinatário, o gosto pelas formas que exprimam sentidos vagos e indefinidos na parte final das frases, o uso freqüente de superposições de formas negativas etc.

A preocupação com o destinatário, de acordo com Miyaji, mais do que uma técnica de comunicação que vise a tornar claro o conteúdo enunciativo, constitui um cuidado de natureza sentimental, que traz, em sua base, o desejo do locutor de conservar o interlocutor do seu lado e a preocupação em não o ferir explicitando aquilo que o contexto situacional já deixou claro. Miyaji cita, ainda, a tendência do japonês em não afirmar ou negar de forma categórica, preferindo atenuar essas ilocuções. O exemplo seguinte, proposto pelo autor, poderá ilustrar bem essa característica:

A: *Ochao mô hitotsu ikagadesuka.*
(Que tal mais um pouco de chá?)

B: *Haa, kekkôdesu.*
(“Sim”, já estou satisfeito.)

O uso da afirmação *haa* (sim), num caso típico de negação como este, parece, senão impossível, pelo menos estranho, no português. No japonês, contudo, produz um efeito de sentido positivo e estético, altamente desejável na interação entre indivíduos. Mas Miyaji chama a atenção para a necessidade de os japoneses procurarem se expressar de forma mais clara e explícita, pois a preocupação e a consideração (*omoiyari*) excessiva para com o destinatário, por exemplo, poderão provocar, muitas vezes, uma situação de constrangimento e embaraço – a expressão elegante, refinada e de modéstia poderá transformar-se em uma ironia ou um sarcasmo eufêmico. Em função desses aspectos, Miyaji diz que aprender a língua japonesa significa adquirir o conhecimento de três línguas: a do nível do *aru*, a do *arimasu* e a do *gozaimasu*. Com efeito, o verbo “ter”, em japonês, opera em três níveis de fala: a forma *aru*, no nível das relações de intimidade entre os interlocutores, onde não há obrigatoriedade ao uso de polidez ou respeito; a forma *arimasu*, no nível das relações sociais das conversações cotidianas; e a forma *gozaimasu*, no nível mais formal, de distanciamento mais respeitoso, que obriga o locutor a reconhecer uma relação hierárquica onde o destinatário ocupa uma posição superior ou um papel social mais importante que o dele (locutor).

Miyaji analisa, ainda, o funcionamento do diálogo entre os japoneses. Como se recorda, Miyaji considerou como uma unidade discursiva mínima o conjunto formado pelo enunciado do locutor e pela concordância inicial do destinatário. Retomando a mesma postura para o diálogo (*taiwa*), o autor estabelece-lhe a unidade mínima: o enunciado do locutor, acrescido de uma expressão de “retorno” proferido pelo destinatário, isto é, de uma dimensão inicial de “recepção” (*uke*). Dessa forma, o diálogo

A: *Dareka kitano?*

(Veio alguém?)

B: *Iya. Kazeno otodayo.*

(Não. É o barulho do vento.)

A: *Sôka.*

(Ah, é?)

apresenta duas unidades de diálogo: uma, que inclui a primeira frase e a primeira parte da segunda (o “retorno” *iya* = não, do destinatário); outra, que começa com a afirmação “é o barulho do vento” e vai até a concordância expressa na terceira frase (Ah, é?). Ter-se-á, portanto:

1ª unidade de diálogo: *Dareka kitano?* – *Iya.*

2ª unidade de diálogo: *Kazeno otodayo.* – *Sôka.*

Conclui-se, assim, que uma nova unidade de diálogo só se inicia no momento em que o locutor adquire aquilo que Miyaji denominou “força de liderança” (*shudôken*), isto é, quando, depois do “retorno” (no exemplo analisado, os termos *iya* e *sôka*), o locutor passa a exprimir uma afirmação, na sua aceção mais pura.

Miyaji chama a atenção para a amplitude com que o termo “diálogo” é usado atualmente pelos japoneses e cita dois tipos básicos de posições: no campo dos estudos teóricos da língua vernacular (*kokugogaku*), o diálogo é encarado como a conversa entre indivíduos determinados e específicos, o lugar onde se realiza a troca mútua através do ato de ouvir e de falar; no domínio do ensino da língua japonesa (*kokugo kyôiku*), reservam-se para o diálogo as relações lógicas de trocas verificadas nas perguntas e respostas ou nos textos teatrais, enquanto as conversas banais e cotidianas constroem as “conversações”. Há ainda, segundo Miyaji, um outro grupo de autores que classifica o diálogo em três grupos:

- a. os diálogos cognitivos (construídos pelas relações perguntas/respostas)
- b. as conversações emotivas
- c. os debates lógicos.

Miyaji, contudo, não se detém nessas questões e salienta apenas que a função do diálogo é a de buscar uma comunicação harmônica capaz de possibilitar o aprofundamento das relações interpessoais ou de gerar a concordância e a cooperação entre os indivíduos em busca de soluções reais.

Há, ainda, no estabelecimento do quadro de métodos e trabalhos japoneses de análise feitos nesse campo, outros autores cujas propostas gostaríamos de sumariar. Acreditamos, contudo, que, pelo que foi exposto, já se pode ter uma idéia – ainda que incompleta – do desenvolvimento teórico dos estudos sobre as questões relacionadas aos fenômenos da enunciação e das modalidades realizados no Japão. Tendo sido iniciado com a discussão de concepção de *chinjutsu*, a teoria da enunciação possibilitou o desenvolvimen-

to das reflexões sobre os mecanismos que geram as modalidades no japonês. Parece ter ficado claro que a noção de *chinjutsu* (que serviu de foco central para o estabelecimento da organicidade da enunciação) sofreu, no decorrer do longo período de sua discussão, várias transformações: da noção de “concatenação” e “julgamento” (propostas por Yamada), passou a significar a função de “asserção subjetiva do locutor manifestada pelos componentes relacionais modais (*ji*) da língua” (proposta de Tokieda), e, mais tarde, com as postulações de Watanabe, atinge o sentido de “enunciação” (em oposição à noção de “predicação”) e de “modalidade”, para, finalmente, definir-se de forma mais abrangente e adequada, isto é, incluindo a função de ato ilocucional e perlocucional (proposição de Haga, Hayashi e Minami).

As propostas de Yamada, Tokieda, Watanabe e Haga – embora fundamentais para a elaboração da teoria da enunciação – enfocaram basicamente a fator subjetivo dos enunciados, inscritos apenas nos componentes modais que constroem o sintagma predicativo (e Miyaji pode, neste sentido, ser incluído nesse grupo). Postura diferente pode ser encontrada em Minami que procurou tratar da análise dos componentes extrapredicados (partículas de ênfase, advérbios, conectivos etc.) que exprimem, igualmente, valores modais imprimidos pelo locutor¹². Não se pôde encontrar, contudo, um trabalho que tivesse levantado e focado a análise geral de todos os itens lexicais do japonês, portadores de valores modais, enquanto tratado geral das modalidades do japonês.

As análises das intencionalidades segundo as noções citadas de “concatenação/julgamento”, “asserção” e “modalidade” constituem métodos de investigação baseados essencialmente no caráter psicológico e pessoal dos locutores do discurso. Embora os autores tenham se referido, em alguma parte, à função social que governa as modalidades, apenas o fizeram de forma breve, não fazendo dela a base fundamental para a construção de suas teorias.

É preciso reconhecer que o estabelecimento da noção das modalidades, pela teoria da enunciação japonesa, foi fundamental como contribuição inequívoca para o desenrolar do processo de investigação da organicidade das estruturas modais do japonês.

Verificou-se, por outro lado, outras abordagens que enfocaram as modalidades pela sua função mais social do que exclusivamente psicológica, nas propostas de Hayashi (que tratou das modalidades do ponto de vista da análise das funções da linguagem), de Tanaka (que propôs o estabelecimento da

12. Cabe citar também a postura de Teramura Hideo, que tratou dos valores modais contidos nas partículas adverbiais (a que deu o nome de *toritatejoshi*), mas que não tratamos neste artigo para evitar uma descrição que se alongasse de forma infinita e inadequada. É preciso também fazer uma ressalva a Watanabe Minoru que elaborou estudos sobre os advérbios de modalidades da língua japonesa em seu trabalho “Chinjutsu Fukushino Kinô” (1949).

estratégia da polidez na interação dos japoneses) e de Miyaji (que deu ao tratamento das modalidades uma função sociocultural).

Ficou claro, contudo, que um enfoque das modalidades sob a perspectiva da busca das idiosincrasias sociais e ideológicas do japonês é ainda pouco explorado dentro do quadro de trabalhos teóricos dos estudiosos japoneses que tratam do assunto. Esse tipo de busca parece estar sendo realizado mais pelo antropólogos culturais japoneses que procuram relacionar a expressividade da língua aos conceitos culturais e sociais considerados específicos aos japoneses. Não os citaremos, aqui, porque já foram objeto de considerações de outro trabalho publicado por nós, em outra oportunidade¹³.

As modalidades encontram-se, indubitavelmente, ligadas ao conjunto dos deveres e das obrigações das personagens que as produzem e que estão envolvidas na interação social. E esses deveres e obrigações provêm de todo um conjunto de convenções, tabus e leis comprometido com certos valores sociais que regulam os relacionamentos entre os indivíduos. Deve-se acreditar, pois, na viabilidade de uma correlação entre as modalidades do japonês e as suas concepções socioculturais convencionais e cristalizadas no seio da comunidade japonesa.

O estudo da organicidade das modalidades na língua japonesa pressupõe não só a discussão sobre o seu valor enunciativo nas várias situações de enunciação, mas também a descoberta de determinadas concepções que dizem respeito ao modo de vida dos japoneses. Certamente, a análise dos operadores modais fará vir à tona essas concepções (ou as “formas tópicas”, para usar a terminologia de Ducrot), desenvolvidas e retidas no interior da cultura japonesa, porquanto as modalidades encontram-se a eles subjugadas enquanto modos de exprimir emoção, desejo, ira, vergonha, cortesia etc. dos japoneses.

Pela rápida passagem que se fez pelos estudos japoneses realizados no campo das modalidades, pode-se constatar que muito há ainda para ser feito se se considerar que a língua, que nasceu como produto resultante das características culturais de uma comunidade, é, ao mesmo tempo, o recurso orientador para a conduta dos homens que nela vivem e nela interagem.

Cabe ainda alertar para o fato de que o presente trabalho não teve, em nenhum momento, a pretensão de apresentar, de forma exaustiva, os estudos japoneses sobre a enunciação e as modalidades. Ele teve a intenção de mostrar, primeiro, a importância do desenvolvimento da teoria da enunciação no Japão para o estudo das modalidades e, segundo, a de registrar a necessidade de se investigar as expressões modais sob o ângulo das idiosincrasias da sociedade japonesa e da posição e do comportamento do indivíduo dentro des-

13. Cf. Fukasawa – “O tratamento das expressões de modalidade da língua japonesa – necessidade de uma abordagem no interior do esquema discursivo” (1990).

sa estrutura social, como um conjunto que regula a interação entre os japoneses.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J. L. - *How to do things with words*. Massachusetts, Harvard Univ. Press., 1981.
- DUCROT, Oswald - "Topoi et formes topiques". *In: Bulletin d'Études de Linguistique Française*, 22, Tóquio, 1988, pp. 1-14.
- FUKASAWA, Lídia M. - "O Tratamento de uma Abordagem no Interior do Esquema Discursivo". *In: Estudos Japoneses X*. São Paulo, Centro de Estudos Japoneses da USP, 1990, pp. 29-55.
- HAGA, Yasushi - "Chinjutsutowa nanimono?" (O que é Modalidade?). *In: Kokugo Kokubun* (Língua e Literatura), 23-4, Tóquio, Chuô Toshô Shuppansha, 1954, pp. 241-255.
- _____ - *Nihon Bunpô Kyôshitsu*. (Lições de Gramática Japonesa). Tóquio, Tôkyôtô Shuppan, 1967.
- _____ . - *Nihonjinno Hyôgen Shinri* (A Psicologia da Expressão Japonesa). Tóquio, Chûôkôronsha, 1979.
- HAYASHI, Shirô - "Bunno Kôwa Shisei" ("On the Discourse Oriented Style of Sentences"). *In: Bungei Gengo Kenkyû - Gengo Hen* ("Studies in Language and Literature - Language"), 6, Tóquio, The Univ. of Tsukuba, 1981, pp. 29-50.
- _____ - "Nihongono Bunno Katachito Shisei" (As Formas e o Comportamento dos Enunciados da Língua Japonesa). *In: Danwano Kenkyûto Kyôiku I*, 11, Tóquio, Kokuritsu Kokugo Kenkyûjo (KKK), 1982, pp. 43-63.
- _____ - *Kihon Bunkeino Kenkyû* (Estudos sobre as Sentenças-Padrão Básicas). Tóquio, Meiji Shoin, 1973.
- JAKOBSON, Roman - *Lingüística e Comunicação*. São Paulo, Cultrix, 1970.
- KINDAICHI, Haruhiko - *Nihongono Tokushitsu* (As Peculiaridades da Língua Japonesa). Tóquio, Iwanami Shisho, 1958.
- _____ - "Fuhenga Jodôshino Honshitsu (Jô) e (Ge) - Shukanteki Hyôgento Kyakanteki Hyôgenno Betsunite". (A Verdadeira Função das Partículas Auxiliares Inflexíveis - 1ª Parte e 2ª Parte - Distinção entre Expressões Subjetivas e Objetivas). *In: Kokugo Kokubungaku*, 2, Tóquio, Chuô Toshokan Shuppan, 1953, vol. 22, pp. 67-87 e pp. 149-169.
- MINAMI, Fujio - "Danwano tan'i" (As Unidades Discursivas). *In: Danwano kenkyûto kyôiku I*, 11, Tóquio, KKK, 1982, pp. 91-112.
- _____ . - "Nichijô Kaiwano Kôzô - Tokuni sono Tan'i" (A Estrutura da Conversação Cotidiana - sobre suas Unidades). *In: Gengo* (Língua), 2, Tóquio, Taishûkan Shoten, maio de 1972, vol. 1, pp. 28-35.
- MIYAJI, Yutaka - "Taiwano Katachito Igi" (As Formas de Diálogos e o Sentido). *In: Gengo Seikatsu* (Atividade Lingüística), 194, Tóquio, Chikuma Shobô, 1967, pp. 19-27.
- _____ - "Jodôshitowa Nanika" (O Que é o Auxiliar Verbal). *In: Nihon Bunpô Kôza - Jodôshi I* (Curso de Gramática Japonesa I - Auxiliares Verbais), 7, Tóquio, Meiji Shoin, 1972, pp. 8-53.
- _____ - "Iwayuru Bunno Seichitsujônô Shuruino Genrito Sono Hatten" (Os Princípios e o Desenvolvimento dos Chamados Tipos de Enunciados, Vistos do Ponto de Vista de suas Propriedades). *In: Kokugo Kokubun*, nº 11, Tóquio, Rinsen Shoten, 1950, vol. 23, pp. 23-44.

- _____ - *Gendai Hyôgen Kô* (Reflexões sobre a Expressividade da Língua Japonesa Moderna). Tóquio, Kyôbunsha, 1971.
- ÔKUBO, Tadatashi - *Nihon Bungô Chinjutsuron* (Tratado sobre as Modalidades na Gramática Japonesa). Tóquio, Meiji Shoin, 1982.
- ONOE, Keisuka - "Chinjutsuronno Tenkai" (O Desenvolvimento da Teoria da Enunciação). *In: Gengo* 1, Tóquio, Taishûkan, 1981, vol. 10, pp. 20-21.
- ROSSET, Suzanne - "La conception de la syntaxe fonctionnelle chez Minoru Watanabe". *In: Travaux de Linguistique Japonaise*. Paris, Université de Paris, 1982, vol. VI, pp. 106-112.
- SAKAKURA, Atsuyoshi - "Nihonjinno Kanjôto Gengo" (Os Sentimentos do Japonês e sua Língua). *In: Gengo*. 2, Tóquio, Taishûkan Shoten, maio de 1972, vol. 1, pp. 12-19.
- _____ - *Nihon Bunpôno Hanashi* (Sobre a Gramática Japonesa). Tóquio, Kyôiku Shuppan, 1976.
- SEARLE, John R. - *Speech Acts - an Essay in the Philosophie of Language*. Nova York, Cambridge Univ. Press, 1984.
- TANAKA, Nozomu - "Danwano Kenkyû" (Estudos sobre o discurso). *In: Gengo Seikatsu*, 381, Tóquio, Chikuma Shobô, 1983, pp. 74-87.
- _____ - "Nihongo Kyôikuto Danwano Kenkyû" (O Ensino do Japonês e os Estudos sobre o Discurso). *In: Danwano Kenkyûto Kyôiku I*, 11, Tóquio, KKK, 1982, pp. 113-133.
- TERAMURA, Hideo "Mûdo Keishikito Imi" 1 - "Gaigenteki Hôdôno Hyôgen" ("Studies in the Form and Meaning of Mood in Japanese 1: Presumptive Expressions"). *In: Bungei Gengo Kenkyû - Gengohen (Studies in Language and Literature - Language)*, 4, Tsukuba, The Univ. of Tsukuba, 1979, pp. 67-89.
- _____ - Idem 2 - "Jitai Setsumeino Hyôgen" ("Expressions of Explanation and Comment"). *In: idem*, 5, Tsukuba, The Univ. of Tsukuba, 1980, pp. 103-119.
- _____ - Idem 3 - "Toritate Joshini Tsuite" ("Functions of the Adverbial Particles in Japanese"). *In: idem*, 6, Tsukuba, The Univ. of Tsukuba, 1981, pp. 53-67.
- TOKIEDA, Motoki - "Bunno Gainenni Tsuite" (Sobre o Conceito de Frase). *In: Kokugoto Kokubungaku*. Tóquio, Shibundô, 1937, vol. 14, pp. 1603-1619.
- _____ - "Taijin Kankeio Kôseisuru Joshi, Jodôshi" (Os Morfemas Modais que Estruturam as Relações Interpessoais). *In: Kokugo Kokubun*, 9-209, Tóquio, Rinsen Shotan, 1951, pp. 531-540.
- _____ - *Kokugogaku Genron* (Princípios Teóricos sobre a Gramática Japonesa). Tóquio, Iwanami Shoten, 1969.
- _____ - *Kokugogaku Genron - Zokuhen* (Princípios Teóricos sobre a Língua Japonesa - Volume Suplementar). Tóquio, Iwanami Shoten, 1969.
- VAN DIJK, Teun - *Text and Context - Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*. Nova York, Longman, 1977.
- VOCT, Carlos - *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo, Hucitec, 1989.
- WATANABE, Minoru - "Chinjutsu Fukushino Kinô" (A Função dos Advérbios Modalizadores). *In: Kokugo Kokubun*, 18-1. Tóquio, Shibundô, 1949, pp. 1-26.
- _____ - "Jojutsuto Chinjutsu - Jutsugo Bunsetsuno Kôzo" (Predicação e Enunciação - a Estrutura do Sintagma Predicativo). *In: Kokugogaku*, 13-14, Tóquio, Musashino Shoin, 1953, pp. 20-34.
- _____ - "Kôbunteki Shokunô" (Função Sintática). *In: Kokugogaku*, 63, Tóquio, Musashino Shoin, dez. de 1966, pp. 8-20.
- _____ - "Shûjoshino Bunpôteki Ichi - Jojutsu, Chinjutsu Saisetsu" (O Lugar Gramatical dos Morfemas Finais - Reexplicação da Teoria da Predicação e Enunciação). *In: Kokugogaku*, 72, Tóquio, Kokugogakkai, 1968, pp. 127-135.

- _____ . - *Kokugo Kôbunron* (Teoria da Sintaxe Japonesa). Tóquio, Haniwa Shobô, 1974.
- _____ - "La signification en Linguistique Japonaise - de la Théorie de l'Énonciation". In: *Recherches en Syntaxe*, Paris, Université de Paris 7, L'Asiathèque, 1977, vol. IV, pp. 7-16.
- _____ - "Les modalités de l'énoncé". In: *Travaux de Linguistique Japonaise*. Paris, Université de Paris 7, 1984, pp. 9-23.
- YAMADA, Yoshio - *Nihon Bunpôgaku Yôron* (Teoria Fundamental sobre os Estudos da Gramática Japonesa). Tóquio, Kadokawa Shoten, 1950.
- _____ - *Nihon Bunpôgaku Gairon* (Considerações Gerais sobre a Teoria da Gramática Japonesa). Tóquio, Hôbunkan, 1967.
- _____ - *Nihon Bunpôron* (Teoria da Gramática Japonesa). Tóquio, Hôbunkan, 1970.